

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.697 - RS (2019/0135491-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : ANDRE CARLO MACHADO CAMARGO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ANDRE CARLO MACHADO CAMARGO contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento do HC n. 5008997-68.2019.4.04.0000.

Extrai-se dos autos que em 02/09/2015 foi concedida liberdade provisória ao recorrente, mediante o cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão, nos autos da ação penal n. 5001474-23.2016.4.04.7109, na qual responde pelo delito de descaminho.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. DESCAMINHO. LIBERDADE PROVISÓRIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. DIVERSOS DESCUMPRIMENTOS. REITERAÇÃO DELITIVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO À ATIVIDADE LABORAL. MANUTENÇÃO. ORDEM DENEGADA.

1. *Permanecem presentes os requisitos que ensejaram a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, a teor do disposto no artigo 282 do Código de Processo Penal. Após a prisão em flagrante e concessão da liberdade provisória mediante fiança e cautelares diversas da prisão, o réu praticou infração penal idêntica. Além disso, não cumpriu adequadamente as condições impostas, novamente informando alteração de endereço para cidade diversa daquela de sua residência, sem prévia autorização judicial, e, inclusive, sem noticiar a data da provável mudança, além de não ter regularizado suas apresentações em sede judicial.*

2. *Em momento algum comprovou que as medidas impostas estariam prejudicando sua atividade laboral.*

3. *Mantidas as medidas cautelares para evitar reiteração delitiva e assegurar a aplicação da lei penal.*

4. *Ordem denegada. (fl. 54)*

No presente recurso, reitera a alegação de ausência de fundamentação

Superior Tribunal de Justiça

quanto à necessidade das cautelares impostas, sendo genérica e imotivada a decisão, o que viola o art. 93, IX, da CF/88.

Diz que as medidas foram estipuladas há mais de 3 anos e 6 meses, sendo que as restrições impostas adquiriram um caráter sancionatório.

Aduz que o feito já foi sentenciado, tendo sido condenado a uma pena de 1 ano e 4 meses de reclusão, em regime aberto, substituída por restritivas de direitos.

Requer, assim, em liminar, a suspensão das medidas cautelares diversas da prisão, e no mérito, a reforma do acórdão recorrido para afastar as medidas cautelares.

Indeferida a liminar (fls. 119/120) e informações prestadas (fls. 124/126 e 129/150), o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 152/158).

É o relatório.

Decido.

A análise do presente recurso ordinário está prejudicada.

Isso porque, de acordo com as informações colhidas na página eletrônica do Tribunal de origem, a Ação Penal n. 5001474-23.2016.4.04.7109 transitou em julgado em 30/9/2019.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente recurso, considerando que o recorrente encontra-se, agora, em sede de cumprimento de pena definitiva.

Pelo exposto, julgo prejudicado o presente recurso ordinário em *habeas corpus*, ante a perda superveniente do objeto, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator